

C

**MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÔNIO
DE
SÃO PEDRO DO SUL**



**CONTAS DE GERÊNCIA
2016**

ASSEMBLEIA GERAL 26/03/2017

ENTREGUE
Instituto da
Segurança
Social - Centro
Distrital de
Viseu

**PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE 2016

Nome: Santa Casa da Misericórdia de S. Pedro do Sul

Morada: Rua da Misericórdia nº6

Código Postal: 3 6 6 0 / 4 7 4 São Pedro do Sul

Concelho: S. Pedro do Sul

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
Cód.

--	--	--	--	--	--	--	--

ESPAÇO RESERVADO AO INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP - CENTRO DISTRITAL DE VISEU

PARECER:

EM ____ / ____ / ____

DESPACHO:

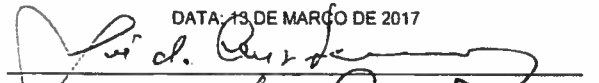
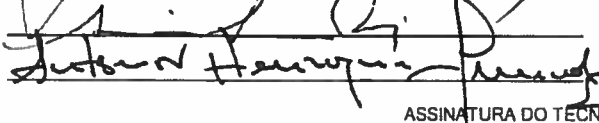
EM ____ / ____ / ____

A DIRECÇÃO

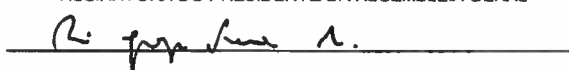
APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: 13 DE MARÇO DE 2017

DATA: 26 DE MARÇO DE 2017

ASSINATURA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL



ASSINATURA DO TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Espaço reservado a
aposição da vinheta de
identificação do TOC.
NIF: 226264050
Membro 84857

Luciano Santos Carvalho, ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da instituição **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE S. PEDRO DO SUL**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 6.836.123 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.219.492 euros, incluindo um resultado líquido de 53.338 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE S. PEDRO DO SUL** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma de Contabilidade e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório e contas nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação de informação financeira da entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude e erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

C.

Luciano Santos Carvalho, ROC

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

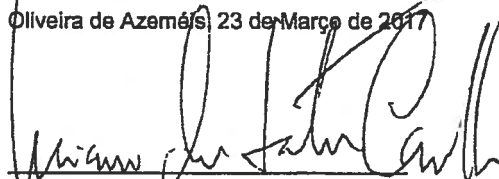
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Oliveira de Azeméis, 23 de Março de 2017


Luciano dos Santos Carvalho, Roc nº 969



[Assinaturas manuscritas]
José Rêgo

Relatório de Contas de 2016

A atual Mesa Administrativa, empossada em 12 de janeiro de 2015, manteve-se fiel à Missão desta Instituição quase bicentenária, não obstante as alterações na estratégia de intervenção definidas ou a definir.

Assim, em conformidade com o estabelecido na Lei e no Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, a Mesa Administrativa vem submeter à apreciação, discussão e votação dos Irmãos, o Relatório de Atividades e as Contas de Exercício de 2016, acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

No presente Relatório estão indicados os principais desenvolvimentos das atividades de exploração da responsabilidade da Mesa Administrativa e, com ele, pretende-se dar conta dos compromissos assumidos em termos de execução dos objetivos estratégicos para 2016 constantes do Plano de Atividades e do Orçamento de Exploração correspondente.

Pela sua relevância e sem prejuízo da consulta do presente Relatório e Contas, destacam-se os seguintes aspetos:

- Cash flow de 296.171,98€;
- Autonomia Financeira de 91%;
- Custos com pessoal no montante de 1.859.342,75€;
- Resultado Líquido do Exercício de 2016 de 53.338,44€.

Os indicadores de atividade anteriores revelam uma estabilidade a curto e médio prazo, sustentada e em linha com os resultados de anos anteriores: excedente financeiro líquido da atividade anual (Cash Flow) em valores muito positivos e uma autonomia financeira acrescida em um ponto percentual face a 2015.

Destaca-se, contudo, a redução do Resultado Líquido do Exercício, quando comparado com o exercício do ano anterior, por efeito, em grande parte, do agravamento dos custos com o pessoal motivados pela atualização da Retribuição Mínima Mensal Garantida e respetivos Encargos Sociais, a par da atenuação de subsídios obtidos e manutenção de investimentos na melhoria qualitativa dos vários serviços, seja por via de obras ou aquisição de equipamento.



A estes indicadores junta-se, assim, a prossecução dos objetivos traçados para o ano em questão, no respetivo Plano de Atividades de Gestão. Por conseguinte, para os objetivos de gestão, no setor patrimonial e em termos de investimento, fazemos o seguinte balanço:

- Preparação da Unidade 1 da ERPI Lar de Idosos (trabalhos de construção civil internos, incluindo demolições), e lançamento de Concurso Público para a obra de requalificação desta unidade. Não registamos, contudo, a sua execução física dado o contencioso pré-contratual interposto pelo concorrente hierarquizado em terceiro lugar. Contencioso que se arrastou por um período superior a seis meses, tendo tido já a sua resolução no presente ano de 2017, na qual o juiz de direito se pronunciou no sentido de totalmente improcedente a ação interposta, pelo que a obra já foi consignada, encontrando-se os trabalhos a decorrer à data.
- Procedeu-se à instalação de sistema de deteção de incêndio em todo o edifício da ERPI - Lar de Grandes Dependentes, incluindo armazéns e economato. Este investimento na segurança permitiu a operacionalização das medidas de autoproteção com a realização de simulacro nesta resposta social.
- Após o parecer positivo da Segurança Social, procederam-se a obras de requalificação das frações da ala esquerda do R/c do edifício das Amoreiras, para a instalação do Centro de Dia. Encontramo-nos, à data, a ultimar as pinturas e a instalar o equipamento.
- Iniciamos a alteração e reforço do software de gestão institucional, uniformizando as aplicações, alargando o seu espectro de registo, controle e reporte de dados.
- Destacamos, ainda e no âmbito dos investimentos, o reconhecimento da nossa atuação por várias entidades nacionais e que nos possibilitaram implementar projetos na instituição. Apontamos a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa através do Fundo Rainha D. Leonor, com a disponibilização de verba para as obras da Unidade 1 da ERPI Lar de Idosos; a Associação D. Pedro V, com o apoio para a implementação do software de gestão.

Por seu lado, em termos de ações de natureza estratégica, podemos afirmar que registamos no ano de 2016:

- Iniciativas de diversificação do financiamento, promovendo o nosso projeto de mecenato e patrocínios, dentro do qual temos tido o respetivo reconhecimento e apoio de pessoas individuais e coletivas.



- A qualificação e formação contínua do nosso capital humano, essencialmente através de ações de formação interna e/ou outras, na sua grande generalidade com o apoio de fornecedores e entidades parceiras.
- A esquematização e definição clara de processos de gestão, no âmbito de uma estruturação de sistema de gestão de qualidade interno.
- Procedemos à revisão de vários contratos de prestação de serviços em outsourcing, dos quais podemos destacar o equipamento de multifunções do jardim, o fornecimento de medicamentos não comparticipados e/ou de venda livre, comunicações fixas e móveis, manutenção do grupo gerador, carteira de seguros, contabilidade e o fornecimento de eletricidade. Negociações e revisões contratuais traduzidas em redução de custos.

A nível da infância, não obstante o resultado líquido do exercício se cifrar em valores negativos nas várias respostas sociais que integram esta área, incrementou-se uma dinâmica de reestruturação do setor, no sentido de atenuar estes resultados. Esta dinâmica obteve o efeito pretendido, notando-se já alguma recuperação desta área funcional, sem, no entanto, se descuidar os investimentos necessários em termos de manutenção do edificado e aquisição de equipamento de suporte a todas as dinâmicas pedagógicas. Apesar da contenção de custos, reforçamos a nossa posição de prestação de um serviço de qualidade e propiciador de uma socialização e aprendizagem reconhecida pelos pais e encarregados de educação que nos depositam a confiança de cuidar dos seus educandos.

Uma nota adicional no sentido das maiores referências em termos do peso percentual na estrutura de Custos e Proveitos, fazendo-se nota ao impacto de 57,3% dos Gastos com pessoal no total dos Gastos e Perdas, bem como o impacto de 47,8% da componente das Comparticipações da Segurança Social por relação ao total de Proveitos.

Do relatório de contas do ano, a Mesa Administrativa propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2016, no valor de 53.338,44€, seja transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Em termos de conclusão, a Mesa Administrativa continua atenta ao desenrolar dos problemas sociais que afetam a nossa comunidade, seja em termos locais, regionais ou nacional. Perante estes a acomodação e passividade são termos que abolimos nas reuniões de trabalho. Acreditamos num futuro que fará justiça a todos os que acreditam num mundo melhor, ou seja, onde existe maior justiça social e um maior equilíbrio socioeconómico.



Finalmente, a Mesa Administrativa agradece e expressa o seu reconhecimento por toda a colaboração, aos Representantes do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu, à União das Misericórdias Portuguesas, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, aos Órgãos Sociais, parceiros institucionais, bem como aos Colaboradores que, de uma forma muito profissional, aplicam no seu dia-a-dia todo o seu empenho e carinho a todos os que usufruem dos nossos serviços.

Deixamos, deste modo, uma palavra de agradecimento a todos os que colaboram nesta Causa, desejando que mantenham e difundam a Esperança em todos aqueles que a nossa ação toca. Cada vez mais pessoas esperam mais da Santa Casa da Misericórdia de S. Pedro do Sul – os desafios são constantes.

Documentos de suporte anexos: Mapas de prestação de contas.

São Pedro do Sul, 13 de março de 2017.

A Mesa Administrativa

Provedor

Vice-Provedor

Secretário

Tesoureiro

Vogal

Vogal

Vogal

C.

BALANÇO

Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2016	31 Dez 2015	Variação
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	3946806,81	4127084,31	-4,92%
Bens do patrimônio histórico e cultural	5	98294,56	98294,56	0,00%
Ativos intangíveis	6	59382,31	38339,88	54,88%
Investimentos financeiros	13.1	3348,76	1768,47	89,36%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0	0	0,00%
		4107832,44	4265487,22	-3,70%
Ativo corrente				
Inventários	8	36583,88	48489,22	-24,55%
Créditos a receber	13.2	51586,03	39442,35	30,79%
Estado e outros entes públicos		0	0	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0	0	0,00%
Outros ativos correntes	13.3	230078,13	121018,11	90,12%
Diferimentos	13.4	14999,57	20927,24	-28,33%
Caixa e depósitos bancários	4.2/13.5	2395042,57	2266247,49	5,68%
		2728290,18	2496124,41	9,30%
Total do Ativo		6836122,62	6761611,63	1,10%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		0	0	0,00%
Excedentes técnicos		0	0	0,00%
Reservas		0	0	0,00%
Resultados transitados	13.6	537596,62	5293950,67	1,54%
Excedentes de revalorização		0	0	0,00%
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	13.6	790556,93	614971,67	28,55%
Resultado líquido do período		53336,44	192096,58	-72,23%
Total do fundo de capital		6219491,99	6101018,92	1,94%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0	13217,31	-100,00%
Provisões específicas		0	0	0,00%
Financiamentos obtidos		0	3901,04	0,00%
Outras dívidas a pagar		0	0	0,00%
		0	17118,35	-100,00%
Passivo corrente				
Fornecedores	13.7	138841,09	179883,18	-22,82%
Estado e outros entes públicos	13.8	41332,5	42283,47	-2,25%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0	0	0,00%
Financiamentos obtidos	7	3885,2	14261,3	-78,61%
Diferimentos	13.4	20586,49	10975,34	87,57%
Outros passivos correntes	13.9	411985,35	396071,07	9,96%
		616630,63	643474,36	-4,75%
Total do Passivo		616630,63	660592,71	-6,65%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		6836122,62	6761611,63	1,10%

(1) - Euro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados	9	1387472,82	1387648,03	-0,01%
Subsídios - ISS	10/13.10	1577377,79	1561474,67	1,02%
Variação nos Inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	13.12	3694,71	22746,27	-83,76%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-80038,98	-84979,98	5,81%
Fornecimentos e serviços externos	13.11	-974379,46	-979382,53	0,51%
Gastos com o pessoal	11	-1859342,75	-1825527,55	-1,85%
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	2578,08	-20641,47	112,49%
Provisões (aumentos/reduções)		61,2	-13217,31	100,46%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos	13.13	208128,21	315787,61	-34,09%
Outros gastos	13.14	-58329,64	-40144,48	-35,84%
Subsídios de Outras Entidades	10/13.10	88950	130116,44	-31,64%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		296171,98	453879,7	-33,91%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	-264422,61	-292914,35	9,73%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31749,37	160965,35	-77,92%
Juros e rendimentos similares obtidos	9/13.15	22008,83	32101,14	-31,44%
Juros e gastos similares suportados	13.15	-419,76	-969,91	-334,65%
Resultados antes de impostos		53338,44	192096,58	-72,23%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		53338,44	192096,58	-72,23%

(1) - Euro



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE S. PEDRO DO SUL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração dos Resultados por Naturezas

900104 - CRECHE II Do mês de Janeiro ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados		53660,85	59577,93	-9,93%
Subsídios - ISS		136933,2	135178,2	1,30%
Variação nos Inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-15612,82	-15429,21	-1,19%
Fornecimentos e serviços externos		-24466,8	-28351,15	13,70%
Gastos com o pessoal		-204414,99	-213434,76	4,23%
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0	-175,14	100,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		9337,18	7528,55	24,02%
Outros gastos e perdas		-1417,38	-1211,73	-16,97%
Subsídios de Outras Entidades		6507,9	3911,77	66,37%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-39472,86	-52405,54	24,68%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-18494,39	-18547,92	0,29%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-57967,25	-70953,46	18,30%
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	0,00%
Juros e gastos similares suportados		0	0	0,00%
Resultados antes de impostos		-57967,25	-70953,46	18,30%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		-57967,25	-70953,46	18,30%

(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/1

8 de março de 2017

Licenciado a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE S. PEDRO DO SUL

João Rui Loureiro Moita
Contabilista Certificado
N.º 84.657

Demonstração dos Resultados por Naturezas

900105 - JARDIM DE INFANCIA - II - Do mês de Janeiro ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados		79488,34	74404,58	6,83%
Subsídios - ISS		127499,76	127499,76	0,00%
Variação nos inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-22052,14	-21622,35	-1,99%
Fornecimentos e serviços externos		-30719,58	-32740,01	6,17%
Gastos com o pessoal		-234216,18	-216566,93	-8,15%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		2533,26	-175,13	1546,50%
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		9891,28	10391,46	-4,81%
Outros gastos e perdas		-4676,05	-1538,7	-203,90%
Subsídios de Outras Entidades		24215,44	16602,91	45,85%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-48035,87	-43744,41	-9,81%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-18947,77	-23183,54	18,27%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-66983,64	-66927,95	-0,08%
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	0,00%
Juros e gastos similares suportados		0	0	0,00%
Resultados antes de impostos		-66983,64	-66927,95	-0,08%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		-66983,64	-66927,95	-0,08%

(1) - Euro

Demonstração dos Resultados por Naturezas

900106 - A.T.L. - II Do mês de Janeiro ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados		45278,47	36664,09	23,50%
Subsídios - ISS		22415,04	22126,08	1,31%
Variação nos inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-19459,61	-19148,8	-1,62%
Fornecimentos e serviços externos		-14429,48	-17208,13	16,15%
Gastos com o pessoal		-99380,96	-84245,47	-17,97%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-678,15	-1057,03	35,84%
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		10887,35	3658,67	197,58%
Outros gastos e perdas		-626,96	-930,7	32,64%
Subsídios de Outras Entidades		2117,88	1714,54	23,52%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-53876,42	-58426,75	7,79%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-9243,92	-24779,3	62,69%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-63120,34	-83206,05	24,14%
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	0,00%
Juros e gastos similares suportados		0	0	0,00%
Resultados antes de impostos		-63120,34	-83206,05	24,14%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		-63120,34	-83206,05	24,14%

(1) - Euro

João Rui Loureiro Moita
 Contabilista Certificado
 N.º 84.657

Demonstração dos Resultados por Naturezas

900101 - LAR DE IDOSOS - II - Do mês de Janeiro ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados		423167,48	434552,83	-2,62%
Subsídios - ISS		346509,1	338189,39	2,46%
Variação nos Inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-8147,91	-9166,37	11,11%
Fornecimentos e serviços externos		-288137,2	-282178,67	-2,11%
Gastos com o pessoal		-416542,93	-396944,59	-4,94%
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1555,86	-1785,48	12,86%
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		28889,68	39364,99	-26,61%
Outros gastos e perdas		-7325,9	-5012,49	-46,15%
Subsídios de Outras Entidades		20949,49	64581,76	-67,56%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		97805,95	181601,37	-46,14%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-91328,32	-94329,98	3,18%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6477,63	87271,39	-92,58%
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	0,00%
Juros e gastos similares suportados		0	0	0,00%
Resultados antes de impostos		6477,63	87271,39	-92,58%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		6477,63	87271,39	-92,58%

(1) - Euro

João Rui Loureiro Moita
 Contabilista Certificado
 N.º 84.657

Demonstração dos Resultados por Naturezas

900102 - CENTRO DE REPOUSO II Do mês de Janeiro ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados		681699,9	695231,11	-1,95%
Subsídios - ISS		771498	767300,04	0,55%
Variação nos inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-12166,36	-13512,84	9,96%
Fornecimentos e serviços externos		-484608,27	-495012,73	2,10%
Gastos com o pessoal		-789168,93	-778114,63	-1,42%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-3893,17	-756,57	-414,58%
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		28594,72	25401,01	12,57%
Outros gastos e perdas		-5823,69	-4113,98	-41,56%
Subsídios de Outras Entidades		11081,74	37851,74	-70,72%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		197213,94	234273,15	-15,82%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-70805,05	-73651,95	3,87%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		126408,89	160621,2	-21,30%
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	0,00%
Juros e gastos similares suportados		0	0	0,00%
Resultados antes de impostos		126408,89	160621,2	-21,30%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		126408,89	160621,2	-21,30%

(1) - Euro

João Rui Loureiro Moita
 Contabilista Certificado
 N.º 84.657

Demonstração dos Resultados por Naturezas

900103 - APOIO DOMICILIARIO II Do mês de Janeiro ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados		97928,35	79687,67	22,89%
Subsídios - ISS		106740	103120,2	3,51%
Variação nos Inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1485,47	-3432,72	56,73%
Fornecimentos e serviços externos		-45254,38	-44137,67	-2,53%
Gastos com o pessoal		-77473,69	-89197,77	13,14%
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		329	-356	192,42%
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		521,27	751,98	-30,68%
Outros gastos e perdas		-303,8	-102	-197,84%
Subsídios de Outras Entidades		251,54	1904,49	-86,79%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		81252,82	48238,18	68,44%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-3233,17	-3923,99	17,61%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		78019,65	44314,19	76,06%
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	0,00%
Juros e gastos similares suportados		0	0	0,00%
Resultados antes de impostos		78019,65	44314,19	76,06%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		78019,65	44314,19	76,06%

(1) - Euro

Demonstração dos Resultados por Naturezas

900107 - CANTINA SOCIAL - II - Do mês de Janeiro ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados		659,8	1037,1	-36,38%
Subsídios - ISS		64965	62865	3,34%
Variação nos Inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1105,67	-2658,99	58,42%
Fornecimentos e serviços externos		-38397,44	-44622,62	13,95%
Gastos com o pessoal		-25050,26	-15152,15	-65,32%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0	160	-100,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		0	0	0,00%
Outros gastos e perdas		0	0	0,00%
Subsídios de Outras Entidades		35,85	0	0,00%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1107,28	1628,34	-32,00%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1958,37	-1239,81	-57,96%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-851,09	388,53	-319,05%
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	0,00%
Juros e gastos similares suportados		0	0	0,00%
Resultados antes de impostos		-851,09	388,53	-319,05%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		-851,09	388,53	-319,05%

(1) - Euro

João Rui Loureiro Moita
 Contabilista Certificado
 N.º 84.657



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA DE OUTRAS ACTIVIDADES

Demonstração dos Resultados por Naturezas

900201 - ADMINISTRACAO II Do mês de Janeiro ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados		5589,63	6492,72	-13,91%
Subsídios - ISS		817,69	5196	-84,26%
Variação nos inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0	850	-100,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-9	-8,7	-3,45%
Fornecimentos e serviços externos		-21835,06	-17972,75	-21,49%
Gastos com o pessoal		-1952,05	-2854,23	31,61%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		61,2	-13217,31	100,46%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		12766,42	40386,26	-68,39%
Outros gastos e perdas		-31743,1	-26863,31	-18,17%
Subsídios de Outras Entidades		23685,66	3416,33	593,31%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-12618,61	-4574,99	-175,82%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-13243,6	-16148,42	17,99%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-25862,21	-20723,41	-24,80%
Juros e rendimentos similares obtidos		22008,83	32101,14	-31,44%
Juros e gastos similares suportados		-419,76	-969,91	56,72%
Resultados antes de impostos		-4273,14	10407,82	-141,06%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		-4273,14	10407,82	-141,06%

(1) - Euro

Cr.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE S. PEDRO DO SUL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração dos Resultados por Naturezas

900202 - CARPINTARIA II Do mês de Janeiro ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados		0	0	0,00%
Subsídios - ISS		0	0	0,00%
Variação nos Inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		3694,71	6819,6	-45,82%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0	0	0,00%
Fornecimentos e serviços externos		-37,46	-95,54	60,79%
Gastos com o pessoal		-3657,25	-6680,15	45,25%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		0	0	0,00%
Outros gastos e perdas		0	0	0,00%
Subsídios de Outras Entidades		0	0	0,00%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		0	43,91	-100,00%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0	-43,91	100,00%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0	0	100,00%
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	0,00%
Juros e gastos similares suportados		0	0	0,00%
Resultados antes de impostos		0	0	100,00%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		0	0	100,00%

(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/1

8 de março de 2017

Licenciado a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE S. PEDRO DO SUL

João Rui Loureiro Moita
Contabilista Certificado
N.º 84.657

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE S. PEDRO DO SUL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração dos Resultados por Naturezas

900203 - CULTO/CULTURA E DESPORTO II Do mês de Janeiro ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados		0	0	0,00%
Subsídios - ISS		0	0	0,00%
Variação nos inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0	0	0,00%
Fornecimentos e serviços externos		-1269,92	-741,01	-71,38%
Gastos com o pessoal		0	0	0,00%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		0	0	0,00%
Outros gastos e perdas		-56,45	-7,89	-615,46%
Subsídios de Outras Entidades		104,5	132,9	-21,37%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1221,87	-616	-98,36%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0	0	0,00%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1221,87	-616	-98,36%
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	0,00%
Juros e gastos similares suportados		0	0	0,00%
Resultados antes de impostos		-1221,87	-616	-98,36%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		-1221,87	-616	-98,36%

(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/1

8 de março de 2017

Licenciado a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE S. PEDRO DO SUL

João Rui Loureiro Moita
Contabilista Certificado
N.º 84.657

Ca.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE S. PEDRO DO SUL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração dos Resultados por Naturezas

900205 - PREDIOS II Do mês de Janeiro ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados		0	0	0,00%
Subsídios - ISS		0	0	0,00%
Variação nos Inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0	0	0,00%
Fornecimentos e serviços externos		-25223,87	-15329	-64,55%
Gastos com o pessoal		-7485,51	-8253,45	9,30%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		5843	-16496,12	135,42%
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras Imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		107240,31	188304,69	-43,05%
Outros gastos e perdas		-2560,31	-363,68	-604,00%
Subsídios de Outras Entidades		0	0	0,00%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		77813,62	147862,44	-47,37%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-37168,02	-37065,53	-0,28%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		40645,6	110796,91	-63,32%
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0	0,00%
Juros e gastos similares suportados		-3796	0	0,00%
Resultados antes de impostos		36849,6	110796,91	-66,74%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%
Resultado líquido do período		36849,6	110796,91	-66,74%

(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/1

8 de março de 2017

Licenciado a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE S. PEDRO DO SUL

João Rui Loureiro Moita
Contabilista Certificado
N.º 84.657

Ch.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2016	2015	Variação
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</u>				
Recebimentos de clientes e utentes		1480565,78	1475259,42	0,36%
Pagamentos de subsídios		0	0	0,00%
Pagamentos de apoios		-16986,25	-15000,58	-13,24%
Pagamentos de bolsas		0	0	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-1266319,05	-1050086,36	-20,59%
Pagamentos ao pessoal		-1253553,19	-1247081,67	-0,52%
Caixa gerada pelas operações		-1056292,71	-836909,19	-26,21%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		559,67	1786,6	-68,67%
Outros recebimentos/pagamentos		1147899,76	1152843,13	-0,60%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		92166,72	317720,54	-71,60%
<u>Fluxos de caixa das atividades de Investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-84473,54	-122632,76	31,12%
Ativos Intangíveis		-34994,22	0	0,00%
Investimentos financeiros		-1946,68	0	0,00%
Outros ativos		0	0	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		9700	29950	-67,61%
Ativos Intangíveis		0	0	0,00%
Investimentos financeiros		47638,62	0	0,00%
Outros ativos		236,08	86000	-99,73%
Subsídios ao Investimento		79208,93	0	0,00%
Juros e rendimentos similares		26088,64	36035,67	-27,60%
Dividendos		0	0	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de Investimento (2)		41457,83	29352,91	30,84%
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		0	0	0,00%
Realização de fundos		0	0	0,00%
Cobertura de prejuízos		0	0	0,00%
Doações		9737,71	33915,71	-56,55%
Outras operações de financiamento		0	0	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-14277,14	-27419,6	47,93%
Juros e gastos similares		-290,04	-885,65	67,25%
Dividendos		0	0	0,00%
Redução de fundos		0	0	0,00%
Outras operações de financiamento		0	0	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-4829,47	5610,46	-96,96%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		128795,08	352683,91	-63,48%
Efeito das diferenças de câmbio		0	0	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período		2266247,49	1913563,58	18,55%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		2395042,57	2266247,49	-30,64%

(1) - Euro

Ch.

ANEXO



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S. PEDRO DO SUL



Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
a)	Bases de Apresentação	5
b)	Outras políticas contabilísticas	6
c)	Principais pressupostos relativos ao futuro.....	14
d)	Principais fontes de incerteza nas estimativas	14
4	Fluxos de caixa	15
5	Ativos Fixos Tangíveis	15
6	Ativos Intangíveis.....	20
7	Custos de Empréstimos Obtidos.....	21
8	Inventários	21
9	Rédito.....	22
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	22
11	Benefícios dos empregados	22
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	23
13	Outras Informações	24
13.1	Investimentos Financeiros	24
13.2	Créditos a receber.....	24
13.3	Outros ativos correntes	25
13.4	Diferimentos	25
13.5	Caixa e Depósitos Bancários	25
13.6	Fundos Patrimoniais	26
13.7	Fornecedores.....	26
13.8	Estado e Outros Entes Públicos	26
13.9	Outros passivos correntes	27
13.10	Subsídios, doações e legados à exploração	27
13.11	Fornecimentos e serviços externos	27
13.12	Trabalhos para a própria entidade	28
13.13	Outros rendimentos.....	28
13.14	Outros gastos.....	28
13.15	Resultados Financeiros	29



13.16 Acontecimentos após data de Balanço	29
---	----

À exceção das notas 1 a 3, a numeração não segue a ordem prevista no portaria 220/2015.

1 Identificação da Entidade

A “SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S. PEDRO DO SUL” é uma entidade sem fins lucrativos, com sede em S. Pedro do Sul. Tem como atividade principal a ação social para pessoas idosas e crianças.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 215/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 82592/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI);

2.2 Não existiram disposições do SNC que tenham sido derregadas.

2.3 As “Propriedades de Investimento”, de acordo com o ponto 7.5 da NCRF-ESNL são reconhecidas como Ativos Fixos Tangíveis.

Na análise do Balanço deve ser tido em consideração que no ano de 2016 há agregação das contas de Ativos Fixos Tangíveis com a conta de Propriedades de Investimento e Outras contas a pagar com adiantamentos de clientes e utentes (Outros Passivos Correntes).

2.4 Não aplicável



3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Principais Políticas Contabilísticas

a) Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

**Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

b) Outras políticas contabilísticas**Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, não utilizando o regime duodecimal.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento básico	4 a 6 anos
Equipamento de transporte	5 a 10 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6 anos

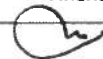
A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação



careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem onde são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

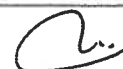
As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu custo, o qual consideramos que se aproxima do seu justo valor, pelo que não achamos necessário proceder à avaliação das mesmas. Assim, de acordo com a vida útil estimada das Propriedades de Investimento, são calculadas as depreciações das mesmas seguindo o método da linha reta, em regime anual.



Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 a 5 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim refletir o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra

em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios

económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Relativamente às prestações de serviço, o rédito é reconhecido no período a que respeitam, com a exceção do rédito das quotas que é reconhecido aquando do seu recebimento.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.

Subsídios do governo

O rédito de subsídios é reconhecido quando existe segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período de vida útil dos bens a que eles dizem respeito na rubrica "Outros rendimentos e ganhos", de forma a balanceá-los com os gastos relacionados com os respetivos ativos.



No caso dos subsídios reembolsáveis, estes são contabilizados como passivos, mas se posteriormente adquirirem a condição de não reembolsáveis, passarão a ter o tratamento referido anteriormente.

Quando um subsídio se torne recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior, esse subsídio deve ser reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para a compreensão do seu tratamento.

Na situação em que um subsídio se torne reembolsável, este deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. Assim, esse reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser primeiramente aplicado em contrapartida de eventuais créditos diferidos, não amortizado e seguidamente deve ser reconhecido como um gasto.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica "Subsídios à exploração" da Demonstração dos Resultados do Período em que os programas/contractos são realizados, independentemente da data do seu recebimento. Caso se tornem recebíveis num período posterior, estes serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo são mensurados numa base não descontada e reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

d) Principais fontes de incerteza nas estimativas

Não se verifica.



4 Fluxos de caixa

4.1 Todos os saldos significativos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2016	2015
Caixa	379,38	242,19
Depósitos à ordem	235.346,53	278.888,64
Depósitos a prazo	2.159.316,66	1.987.116,66
Total	2.395.042,57	2.266.247,49

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2015, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	
Custo						
Bens Imóveis	83.445,37	0,00				83.445,37
Arquivos	0,00	0,00				0,00
Bibliotecas	0,00	0,00				0,00
Museus	0,00	0,00				0,00
Bens móveis	14.849,19	0,00				14.849,19
Total	98.294,56	0,00	0,00	0,00	0,00	98.294,56

Descrição	2015			Saldo final
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	
Perdas por imparidade				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	
Custo						
Bens Imóveis	83.445,37	0,00				83.445,37
Arquivos	0,00	0,00				0,00
Bibliotecas	0,00	0,00				0,00
Museus	0,00	0,00				0,00
Bens móveis	14.849,19	0,00				14.849,19
Total	98.294,56	0,00	0,00	0,00	0,00	98.294,56

Descrição	2016			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final
Perdas por Imparidade				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2015					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	173.876,82	2.588,31	85,59			176.379,54
Edifícios e outras construções	3.393.870,51	26.081,43				3.419.951,94
Equipamento básico	1.354.513,46	68.549,35				1.423.062,81
Equipamento de transporte	371.478,16					371.478,16
Equipamento administrativo	304.157,72	14.768,44		-9.476,11		309.450,05
Outros Ativos fixos tangíveis	43.846,00	876,87	42,40			44.680,47
Ativos fixos tangíveis em curso	11.204,78	45.232,60		-17.117,30		39.320,08
Total	5.652.947,45	158.097,00	127,99	-26.539,41		5.784.323,05
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	991.321,61	94.993,10				1.086.314,71
Equipamento básico	964.468,98	113.018,40				1.077.487,38
Equipamento de transporte	338.581,27	24.772,88				363.354,15
Equipamento administrativo	294.027,33	8.417,40		9.939,79		292.504,94
Outros Ativos fixos tangíveis	43.512,37	353,61				43.865,98
Total	2.631.911,56	241.555,39		9.939,79		2.863.527,16

Descrição	2015			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por imparidade				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

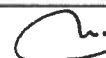


	2016					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	176.379,54	2.125,00	-2.125,00			176.379,54
Edifícios e outras construções	3.419.951,94			34.689,96		3.454.641,90
Equipamento básico	1.423.062,81	25.298,59		2.985,88		1.451.347,28
Equipamento de transporte	371.478,16	0,00	-65.633,43	-0,01		305.844,72
Equipamento administrativo	309.450,05	1.432,13	-1.123,20			309.758,98
Outros Ativos fixos tangíveis	44.680,47	0,00		-0,03		44.680,44
Ativos fixos tangíveis em curso	39.320,08	43.450,24		-37.675,44		45.094,88
Total	5.784.323,05	72.305,96	68.881,63	0,36	0,00	5.787.747,74
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	1.086.314,71	100.774,73				1.187.089,44
Equipamento básico	1.077.487,38	103.725,48				1.181.212,86
Equipamento de transporte	363.354,15	2.708,00	-65.633,41	0,02		300.428,72
Equipamento administrativo	292.504,94	6.293,89	-643,20	-517,92		297.637,71
Outros Ativos fixos tangíveis	43.865,98	309,66				44.175,64
Total	2.863.527,16	213.811,76	-66.276,61	-517,94	0,00	3.010.544,37

Descrição	2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por imparidade				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Os ativos fixos tangíveis integram ativos em curso em 31 de dezembro de 2016, desdobram-se da seguinte forma:

Obras em curso – Centro de dia	16.360,07€
Remodelação/Ampliação – Lar Idosos	6.749,94€
Obras em curso – Arruamentos Lares	20.987,14€
Obras em Curso – Carpintaria	997,73€



Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2015 e 2016, foram os seguintes:

Descrição	2015					
	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Propriedades de investimento- custo de aquisição	1.854.199,41		19.951,92			1.834.247,49
Propriedades de investimento- depreciações	-601.250,03	-36.684,98	9.975,94			-627.959,07
Total	1.252.949,38	-36.684,98	-9.975,98			1.206.288,42

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Propriedades de investimento- custo de aquisição	1.834.247,49					1.834.247,49
Propriedades de investimento- depreciação	-627.959,07	-36.684,98				-664.644,05
Total	1.206.288,42	-36.684,98				1.169.603,44



6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2015					
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Estudos e Projetos	24.021,00					24.021,00
Certificação Energética	23.528,17					23.528,17
Programas de computador	0,00	14.629,23		10.285,08		24.914,31
Total	47.549,17	14.629,23	0,00	10.285,08	0,00	72.463,48
Amortizações acumuladas						
Estudos e Projetos	4.804,20	4.804,20				9.608,40
Certificação Energética	4.705,63	4.705,63				9.411,26
Programas de computador	0,00	5.164,15		9.939,79		15.103,94
Total	9.509,83	14.673,98	0,00	9.939,79	0,00	34.123,60

Descrição	2015			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Estudos e Projetos	0,00			0,00
Certificação Energética	0,00			0,00
Programas de computador	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

	2016					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Estudos e Projetos	24.021,00					24.021,00
Certificação Energética	23.528,17					23.528,17
Programas de computador	24.914,31	35.486,22				60.400,53
Total	72.463,48	35.486,22				107.949,70
Amortizações acumuladas						
Estudos e Projetos	9.608,40	4.804,20				14.412,60
Certificação Energética	9.411,26	4.705,63				14.116,89
Programas de computador	15.103,94	4.933,96				20.037,90
Total	34.123,60	14.443,79			0,00	48.567,39



Descrição	2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Estudos e Projetos	0,00			0,00
Certificação Energética	0,00			0,00
Programas de computador	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	3.885,20		3.885,20	14.261,30	3.901,04	18.162,34
Locações Financeiras						
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Outros Empréstimos						
Total	3.885,20	0,00	3.885,20	14.261,30	3.901,04	18.162,34

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2015				2016		
Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias		364,80		364,80	-123,00		241,80
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	42.581,06	312.231,32		48.489,22	67.891,84		36.342,08
Produtos acabados e intermédios							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
Produtos e trabalhos em curso							
Total	42.581,06	312.596,12		48.489,22	68.133,64		36.583,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				84.979,98			80.038,98
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00



9 Rédito

Para os per dos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes R ditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	91,41	1.476,43
Prest���o de Serviços		
Quotas de utilizadores	1.376.992,84	1.376.461,38
Quotas e jóias	5.547,00	5.242,72
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços secundários	4.841,57	4.467,50
Juros	22.008,83	32.101,14
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1.409.481,65	1.419.749,17

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo		
Subsídios à exploração	1.666.327,79	1.691.591,11
Subsídios ao investimento	49.754,35	49.754,35
Apoios do Governo		
Total	1.716.082,14	1.741.345,46

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos per dos de 2015 e 2016, não usufruindo de quaisquer remunerações. O Tesoureiro Ant nio Manuel C. Paiva cessou funções a 31-12-2016 tendo sido substituído por Ant nio Henrique Pinho C. Almeida.

Direção

Cargo	Nome	NIF
Provedor	José da Cruz Fernandes	XXXXXXXXXX
Vice-Provedor	Carlos Daniel Silva Simões	XXXXXXXXXX
Tesoureiro	Ant�nio Manuel C. Paiva	XXXXXXXXXX
Secretário	Ant�nio Santos Pais	XXXXXXXXXX
Vogal	Agostinho Almeida Bizarro	XXXXXXXXXX
Vogal	José Almeida Viana	XXXXXXXXXX
Vogal	Ant�nio Henrique Pinho C. Almeida	XXXXXXXXXX


Conselho Fiscal

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Esmeraldo Mendes Leitão	[REDACTED]
Vogal	Eduardo Rodrigues da Silva	[REDACTED]
Vogal	Paulo Manuel Pinheiro Chaves	[REDACTED]

Assembleia Geral

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Rui Jorge Ferreira Barros	[REDACTED]
Secretário	Valentim Francisco Bizarro	[REDACTED]
Secretário	José Manuel Martins Santos	[REDACTED]

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 165 e em 31/12/2016 foi de 163, não considerando substituições nem programas de C. Emprego.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	1.453.775,09	1.424.084,59
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	323.622,41	316.620,32
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	15.951,96	13.525,28
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	65.993,29	71.297,36
Total	1.859.342,75	1.825.527,55

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A entidade ficou obrigada a revisão legal de contas a partir de 1 de Janeiro de 2012. Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o ano de 2016 foram de 5.660,46€ relativos à revisão legal de contas.



13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	3.348,76	1.768,47
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	3.348,76	1.768,47

13.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2015
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	9.224,00	2.389,88
Utentes- saldo devedor	42.362,03	39.442,35
Utentes- saldo credor	0,00	128,31
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Total	51.586,03	39.442,35
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	26.417,50	32.260,50
Utentes	80.576,86	74.911,27
Total	106.994,36	107.171,77
Adiantamento de clientes	63.023,39	78.715,16
Total	63.023,39	78.715,16
Cientes com caução		
Total	675,00	450,00

Nos períodos de 2016 e 2015 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2016	2015
Clientes	-6.127,18	-16.496,12
Utentes		-4.305,35
Total	-6.127,18	-20.801,47

Nos períodos de 2016 e 2015 foram registadas as seguintes “Reversões de perdas por Imparidade”:

Descrição	2016	2015
Clientes	5.843,00	
Utentes	2.862,26	160,00
Total	8.705,26	160,00

13.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	4.508,00	1.128,83
Devedores por acréscimos de rendimentos	15.950,92	21.079,68
Outras operações	0,00	52.927,49
Outros Devedores	209.619,21	45.321,80
Perdas por Imparidade		
Total	230.078,13	121.018,11

13.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer	14.999,57	20.927,24
Total	14.999,57	20.927,24
Rendimentos a reconhecer	20.586,49	10.975,34
Total	20.586,49	10.975,34

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	379,38	242,19
Depósitos à ordem	235.346,53	278.888,64
Depósitos a prazo	2.159.316,66	1.987.116,66
Outros		
Total	2.395.042,57	2.266.247,49

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas	0,00			0,00
Resultados transitados	5.293.950,67	192.096,58	110.450,63	5.375.596,62
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	614.971,67	225.339,61	49.754,35	790.556,93
Total	5.908.922,34	417.436,19	160.204,98	6.166.153,55

O valor de 110.450,63€ debitado na conta de Resultados Transitados refere-se a obras realizadas no Edifício do Sol ao Rato no ano de 2011. Inicialmente este valor foi suportado pela Câmara Municipal de Lisboa e agora faturado à Instituição. O valor divide-se em 93.735,54€ de obras e 16.713,09€ de juros reportados aos anos de 2011 a 2015.

13.7 Fornecedores

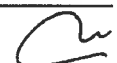
O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	138.841,09	179.883,18
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	138.841,09	179.883,18

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	117,79	366,14
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.661,41	5.974,49
Segurança Social	35.403,93	35.783,77
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Fundos de Compensação	149,37	159,07
Total	41.332,50	42.283,47



13.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				0,00
Cauções	0,00	675,00	0,00	450,00
Outras operações		976,50		1.471,76
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		8.880,49		26.015,34
Credores por acréscimo de gastos		289.579,97		288.068,81
Outros credores		48.850,00		1.350,00
Adiantamentos de clientes		63.023,39		78.715,16
Total	0,00	411.985,35	0,00	396.071,07

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.635.300,64	1.561.474,67
Subsídios de outras entidades	0,00	80.756,29
Doações e heranças	31.027,15	49.360,15
Legados	0,00	0,00
Total	1.666.327,79	1.691.591,11

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	316.628,05	324.587,31
Serviços especializados	146.633,39	152.031,87
Materiais	22.013,72	20.485,27
Energia e fluidos	154.153,52	144.531,28
Deslocações, estadas e transportes	1.294,77	1.800,08
Serviços diversos	333.656,01	335.946,72
Total	974.379,46	979.382,53

C.

13.12 Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade totalizaram nos anos de 2016 e 2015 os seguintes montantes:

	2016	2015
Ativos fixos tangíveis	3.694,71	22.746,27
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Ativos por gastos diferidos	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	3.694,71	22.746,27

13.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	13.759,89	20.227,24
Descontos de pronto pagamento obtidos	15.655,18	15.892,71
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	116.310,25	217.822,51
Outros rendimentos e ganhos	62.402,89	61.845,15
Total	208.128,21	315.787,61

13.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	661,74	763,20
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	690,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	1.435,00	42,40
Outros Gastos e Perdas	56.232,90	38.648,88
Total	58.329,64	40.144,48

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	232,08	812,45
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	187,68	157,46
Total	419,76	969,91
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	22.008,83	32.101,14
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	22.008,83	32.101,14
Resultados Financeiros	21.589,07	31.131,23

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção, em 13 de Março 2017.

S. Pedro SUL, 13 / 03 / 2017

A Direção

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

João Rui Loureiro Moita
Contabilista Certificado
N.º 84.657

[Assinatura]